

Retomar

Risco aceitável?



Como a segurança de Cabo Delgado foi ignorada por 'The Netherlands Ltd.'



Retomar

Risco aceitável?

Como a segurança de Cabo Delgado foi ignorada por 'The Netherlands Ltd.'

Avaliação Foi Moçambique para Both ENDS e Milieudefensie

Floor Knoote e Ron Rosenhart

11 de junho de 2024

Lay-out en illustraties: de wtsenette

Resumo

Urgência, Relevância e objetivo do relatório

Na província de Cabo Delgado, norte de Moçambique, um conflito subnotificado deslocou milhares de pessoas que lutam pela sobrevivência. Classificado como conflito armado não internacional (NIAC) desde o final de 2017,¹ Os habitantes têm sofrido implacáveis ataques violentos por parte de grupos armados; têm também testemunhado assassinatos, decapitações e estupros, enquanto suas casas são destruídas. A violência atingiu o seu pico em 24 de março de 2021 quando combatentes jihadistas atacaram a cidade de Palma, localizada próximo ao local do projeto de extração de gás (o "Projeto") da empresa francesa TotalEnergies ("Total"). Pelo menos 1.298 pessoas morreram ou estão desaparecidas e 209 foram sequestradas, incluindo 55 (sub)contratados da Total.² Em outubro de 2023, sobreviventes e parentes de vítimas do ataque apresentaram uma denúncia civil contra a Total por suposta negligência e homicídio culposo.³ Cerca de 70.000 pessoas fugiram de Palma após o ataque e, em abril de 2021, a Total declarou situação de força maior no Projeto e interrompeu as atividades do Projeto. Em junho de 2021, o número estimado de deslocados na província de Cabo Delgado tinha subido para quase 800 mil.⁴

O projeto de Gás Natural Liquefeito da Área 1 de Moçambique em Afungi envolve o desenvolvimento do campo de gás marítimo de Golfinho-Atum e a construção e operação de uma planta terrestre de Gás Natural Liquefeito ("GNL"), após a descoberta de um campo de gás natural ao largo da costa norte de Moçambique (o "Projeto") em 2011. O Projeto fica localizado na província de Cabo Delgado, perto da cidade de Palma. Uma vez operacional, a planta terrestre do Projeto liquefará o gás natural coletado e fornecerá a maior parte do gás para exportação para a Europa e Ásia e, em parte, para consumo interno. O Projeto é atualmente liderado pela empresa francesa Total, que em setembro de 2019 assumiu o controle do projeto da empresa americana de exploração de hidrocarbonetos, Anadarko.⁵

Numerosas empresas ocidentais desempenham um papel no Projeto, entre as quais a empresa holandesa Van Oord, que foi contratada para construir o sistema de gasodutos do Projeto ao largo da costa de Moçambique. Apesar da violência estrutural na área e dos inúmeros alertas da

1 Conforme classificação da RULAC, uma iniciativa da Academia de Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos de Genebra. Ver: <https://www.rulac.org/browse/countries/mozambique#collapse1accord>> consultado em 13 de maio de 2024.

2 De acordo com o jornalista independente, Alexander Perry, que durante cinco meses investigou em Palma (entre novembro de 2022 e março de 2023), o número de mortos é de 1.507 civis mortos ou desaparecidos, incluindo 55 subcontratados. Ver: <<https://acleddata.com/knowledge-base/9-april-2024-update-new-fatality-estimate-for-the-2021-attack-on-palma-mozambique/>> consultado em 10 de junho de 2024.

3 O Ministério Público da França anunciou que abriu uma investigação preliminar sobre a reação da Total ao ataque em Palma. Esta decisão surge na sequência da denúncia civil apresentada contra a Total em outubro de 2023 por sobreviventes e familiares de vítimas do ataque 'jihadista'. A Total é investigada por negligência e homicídio culposo. Ver: https://www.lemonde.fr/afrique/article/2024/05/04/attaque-djihadiste-au-mozambique-en-2021-enquete-ouverte-pour-homicide-involontaire-contre-totalenergies_6231545_3212.html> consultado em 10 de junho de 2024.

4 Ver <https://www.unhcr.org/news/briefing-notes/insecurity-northern-mozambique-continues-forcibly-displace-thousands>> consultado em 13 de maio de 2024

5 Ver [https://totalenergies.com/media/news/press-releases/total-closes-acquisition-anadarkos-shareholding-mozambique-Ing#:~:text=The%20Final%20%20Investment%20Decision%20\(FID,come%20into%20production%20by%202024](https://totalenergies.com/media/news/press-releases/total-closes-acquisition-anadarkos-shareholding-mozambique-Ing#:~:text=The%20Final%20%20Investment%20Decision%20(FID,come%20into%20production%20by%202024)> consultado em 10 de junho de 2024.

sociedade civil e da Embaixada da Holanda, em junho de 2020 o Estado holandês decidiu conceder seguros à Van Oord e ao seu financiador Standard Chartered Bank (“SCB”) através da Agência de Crédito à Exportação do Estado (“ECA”) Atradius Dutch State Business (“ADSB”). Os seguros, também conhecidos como Seguros de Crédito à Exportação (“ECI’s”) cobrem danos potenciais de até US\$ 1.064.517.958, foram aprovados em junho de 2020, mas emitidos oficialmente um dia após o ataque de Palma, em março de 2021. Informações obtidas através de pedidos de Liberdade de Informação (“Fol”) apresentados por Both ENDS, Friends of the Earth Europe, Milieudefensie e SOMO mostram que os Ministérios das Finanças holandês (“MinFin”), dos Negócios Estrangeiros (“MoFA”) e do Comércio Externo e Cooperação para o Desenvolvimento (“FTDC”) receberam avisos claros sobre a gravidade da situação de segurança no norte de Moçambique antes da aprovação. Ao não levar estes avisos a sério e considerar os riscos de segurança do projeto aceitáveis apesar do conflito, o Estado holandês deu luz verde ao seguro da Van Oord. Em 2023, os parlamentares holandeses apresentaram uma moção para adiar uma decisão sobre a continuidade do apoio da ICE ao projeto se a situação de força maior for levantada no futuro; pelo menos até que o resultado de uma possível reavaliação dos riscos seja discutido pela Câmara dos Deputados. No entanto, parece que o ministro se recusa a implementar o pedido na moção. Além disso, a Total anunciou recentemente que espera reiniciar o desenvolvimento do projeto em 2024. Entretanto, embora a força maior ainda não tenha sido levantada, a ADSB está trabalhando numa reavaliação.⁶

Considerando a terrível situação em Cabo Delgado, a atual força maior, o desejo da Total de reiniciar o projeto, a reavaliação pela ADSB e as preocupações expressas pelos deputados holandeses, a pesquisa foi encomendada à Dimes e à Associação Global pela Justiça pela Both ENDS e pela Milieudefensie. O objetivo da pesquisa foi – com base nos documentos obtidos da Fol – avaliar o processo que os ministérios holandeses seguiram antes de aprovar e conceder os ECI em apoio ao Projeto. Nesse sentido, entre janeiro e abril de 2024 foram analisadas mais de 9.500 páginas de comunicações e relatórios obtidos por meio dos pedidos da Fol; notícias; documentos relacionados aos processos de solicitação da Fol; Perguntas parlamentares e respectivas respostas; e relatórios elaborados por partes externas, como Uprights⁷, Rufin⁸, Milieudefensie, Both ENDS, JA!⁹ e Proximities¹⁰.

Atualmente, ADSB e o Estado holandês têm a oportunidade de reconsiderar o seu apoio ao projeto e de fornecer total transparência sobre a suas (re)avaliações dos riscos. Se a força maior for levantada, e o Estado holandês decidir novamente avançar com o seu apoio, corre o risco de

6 O anúncio foi feito pelo jornalista holandês Bram Vermeulen no episódio 5 do podcast “Achter de Frontlinie”. O podcast está disponível em <https://www.nporadio1.nl/podcasts/frontlinie/106829/5-de-rol-van-nederland-in-de-oorlog-in-mozambique> consultado em 13 de maio de 2024.

7 Ver <https://milieudefensie.nl/actueel/report-uprights-on-total-and-Ing-mozambique.pdf> consultado em 13 de maio de 2024.

8 Ver <https://totalenergies.com/media/news/press-releases/totalenergies-publishes-jcrufins-report-human-rights-cabo-delgado> consultado em 13 de maio de 2024.

9 Ver <https://milieudefensie.nl/actueel/report-fuelling-the-crisis-in-mozambique.pdf> consultado em 13 de maio de 2024.

10 Ver <https://open.overheid.nl/documenten/d362dffa-4459-4ffb-942e-9197ec03017d/file> consultado em 13 de maio de 2024.

se tornar cúmplice de um projeto de catástrofe que está destruindo a vida de muitos moçambicanos. A publicação deste relatório vem, portanto, em um momento crítico. Ao mesmo tempo, este relatório demonstra que as políticas e salvaguardas que a ADSB e os ministérios seguem não funcionam para garantir que nenhum dano seja feito. Em março de 2024, o relatório ‘Dragagem da Destruição: Violações dos direitos humanos e destruição ambiental em projetos internacionais de dragagem assegurados pelo Estado holandês’ demonstrou que há uma falha sistêmica no sistema em que o ECA opera. Essas falhas subjacentes estão fazendo com que a governança do projeto seja dominada por interesses instalados. Os aprendizados e recomendações neste relatório sobre o projeto Moçambique LNG são igualmente importantes para as políticas e padrões de ADSBs em outros projetos.

“Com certeza os contratantes/operadores também não querem entrar nesse tipo de situação. Há condições para isso em algum lugar? Há espaço para atrasos até que haja também mais clareza sobre a evolução da situação de segurança? Quando é mesmo que os empreiteiros consideram uma situação ser proibida?” (MoFA para ADSB em 22 de maio de 2020)

Principais conclusões

O processo de concessão de ECI foi implementado para funcionar objetivando aprovação

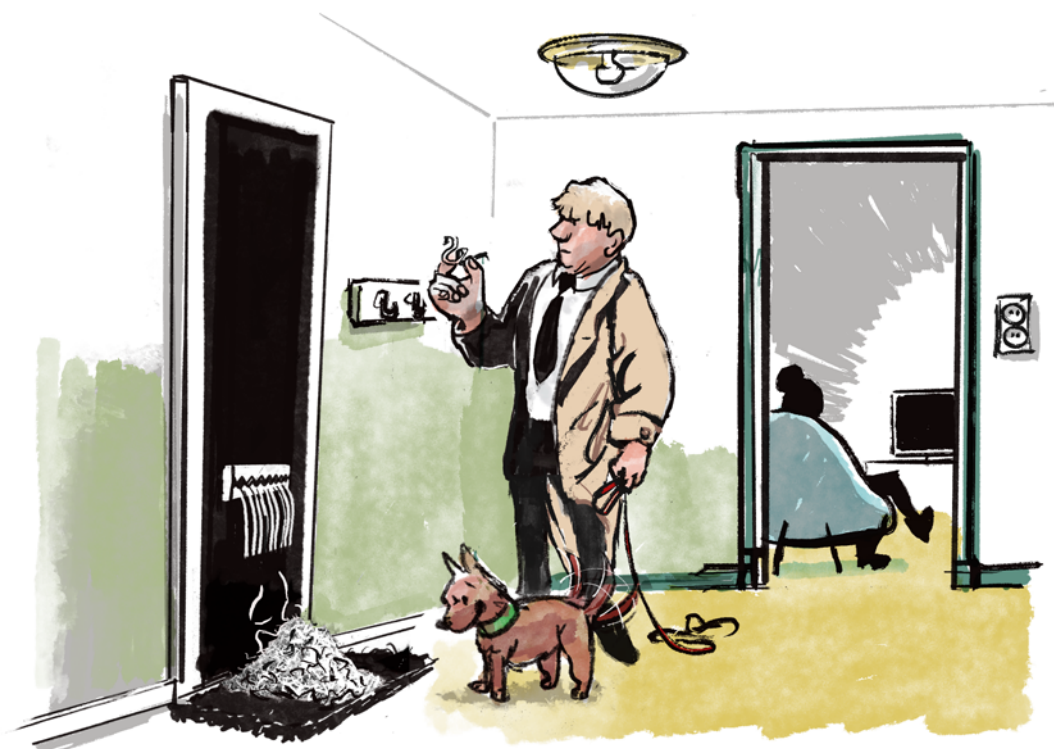
As comunicações internas entre ADSB, MinFin e MoFA do início de 2020 até meados de junho de 2020 mostram que a avaliação dos pedidos do ECI teve como ponto de partida a aprovação. Há várias descobertas que apoiam esta conclusão: em primeiro lugar, uma rejeição poderia ter tido consequências negativas (comerciais e geopolíticas) para a ADSB e o Estado holandês. A Total contava com o apoio holandês e pressionava a ADSB para obter a aprovação do ECI.

Uma rejeição significaria que Van Oord teria de procurar outras opções de seguro e também poderia afetar a decisão de outros ECAs envolvidos no projeto. Em segundo lugar, a possibilidade de adiar ou rejeitar a concessão do projeto ECI nunca foi abertamente considerada pela ADSB ou pela MinFin, enquanto o MoFA apenas discutiu essa opção superficialmente. Finalmente, o processo de diligência devida da ADSB não inclui a rejeição como potencial resultado. Isso resultou em um procedimento de avaliação em que a ADSB e os ministérios forçaram o andamento, ignorando as principais informações.

“Grande pressão do principal patrocinador Total sobre a ADSB para assinar o mais rápido possível.” (Notas do MoFA em 4 de junho de 2020)

Os Estados estão colocando barreiras consideráveis para obter informações sobre o Projeto

Entre 2020 e 2023, Both ENDS, a Milieudefensie, a SOMO e a Friends of the Earth Europe (Amigos da Terra Europa) apresentaram vários pedidos de Fol à ADSB, MinFin e MoFA. Mas, ao longo do acompanhamento dos pedidos, eles enfrentaram (e ainda enfrentam) todas as barreiras possíveis em suas tentativas de obter informações relevantes sobre o envolvimento do Estado holandês com o Projeto. As organizações tiveram de lidar com atrasos extremos, tentativas de omitir informações relevantes, censura injustificada, processos legais e descumprimento de ordens judiciais por parte do MinFin e do MoFA. Até à data, o MinFin pagou cerca de 52.000 euros em multas devido a atrasos no acompanhamento. A resistência dos governos em divulgar informações sobre o Projeto também é visível na Itália e, em certa medida, no Reino Unido. Em maio de 2023, o Supremo Tribunal Administrativo italiano rejeitou o recurso do ECA italiano (SACE) contra a decisão do Tribunal Administrativo de maio de 2022, que havia reconhecido à ONG italiana ReCommon o direito de ter acesso a documentos internos relacionados à avaliação e financiamento do projeto. Apesar da ordem judicial, os documentos solicitados ainda não foram divulgados.



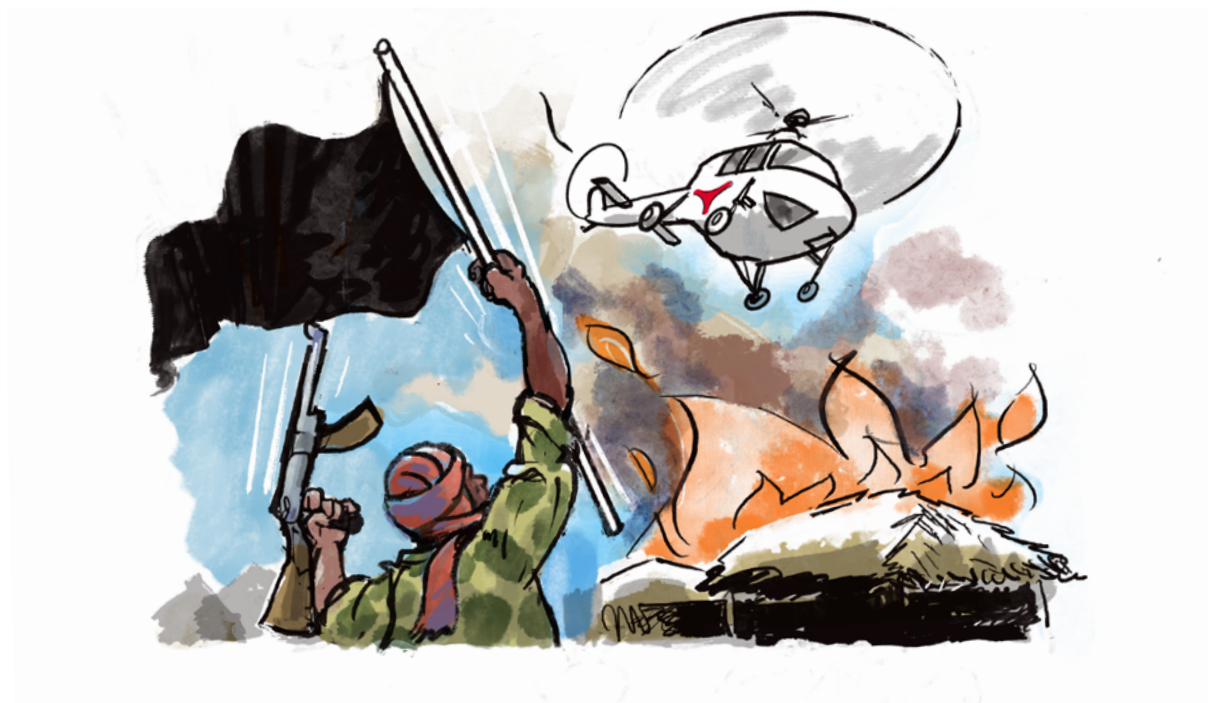
“Honey, did you do another Fol request?”

Ministérios holandeses e ADSB minimizaram riscos de segurança

Na sua proposta de aceitação ao MinFin e ao MoFA, a ADSB apresentou a situação da segurança do Projeto de a não refletir a realidade no território. O conflito entre os insurgentes e as forças militares moçambicanas em Cabo Delgado foi classificado pela Academia de Genebra como um conflito armado não internacional. Mas, apesar de disporem de informação mais do que suficiente sobre o aumento da violência, dos ataques, da capacidade limitada das forças militares moçambicanas e da crescente capacidade dos insurgentes, nem a ADSB, nem o MinFin nem o MoFA nas suas conclusões se referiram à situação como tal. Isto é notável, tendo em conta que os documentos da Fol revelam que os funcionários da ADSB tinham manifestado internamente preocupações sobre a situação no território. Quando os representantes da ADSB quiseram visitar o local do Projeto no início de dezembro de 2018, por razões de segurança, tiveram de sobrevoar o local de helicóptero. Além disso, eles estavam equipados com coletes à prova de balas, disse a ADSB à equipe do Both ENDS.¹¹

A ADSB deixou de fora e minimizou informações importantes sobre a situação de segurança e os desafios sociais, incluindo a repressão aos jornalistas, a falta de acesso à informação e a questão da distribuição injusta da riqueza e do desemprego juvenil sendo um fator que contribui para o recrutamento de jovens pelos insurgentes. A ADSB também fez parecer que várias questões de

“Looks acceptable to me.”



11 Ver <https://www.nrc.nl/nieuws/2021/11/01/nederland-negeerde-waarschuwingen-van-eigen-ambassade-over-geweld-in-noord-mozambique-a4063888#:~:text=Nederland%20negeerde%20bij%20gasproject%20waarschuwingen%20over%20ontvoeringen%20en%20onthoofdingen%20in%20Mozambique>> consultado em 13 de maio de 2024.

reassentamento - como a falta de acesso dos agricultores a terras de substituição e o acesso limitado dos pescadores ao mar - haviam sido resolvidas. Ao fazê-lo, ignorou que algumas soluções de compensação de perda de subsistência ainda não estavam implementadas, devido às ameaças à segurança. A ADSB também cobriu insuficientemente as questões de direitos humanos em torno da presença militar nas comunidades.

“Em dezembro de 2018, visitamos Pemba e fizemos um voo de helicóptero sobre a área do projeto devido à situação instável na área.” (ADSB, dezembro 2018)

A ligação entre as atividades de extração de gás e o conflito foi negligenciada pela ADSB e pelos ministérios

A violência em Cabo Delgado aumentou em 2017, cerca de sete anos depois de ter sido encontrada uma das maiores reservas de gás marítimo do mundo. Os investimentos na indústria de gás moçambicana aumentaram acentuadamente após a descoberta, mas a população até agora não beneficiou de nenhum desses investimentos. Inúmeros estudos e notícias descrevem que a insurgência jihadista começou a partir do descontentamento da população local com o descaso de Cabo Delgado, uma província habitada majoritariamente por muçulmanos. Desde 2021, a violência voltou-se cada vez mais contra civis e, no total, mais de 2.500 moçambicanos foram mortos em decapitações em massa e confrontos entre jihadistas e o exército moçambicano. Em janeiro de 2024, o número de deslocados no norte de Moçambique ultrapassava os 582 mil.

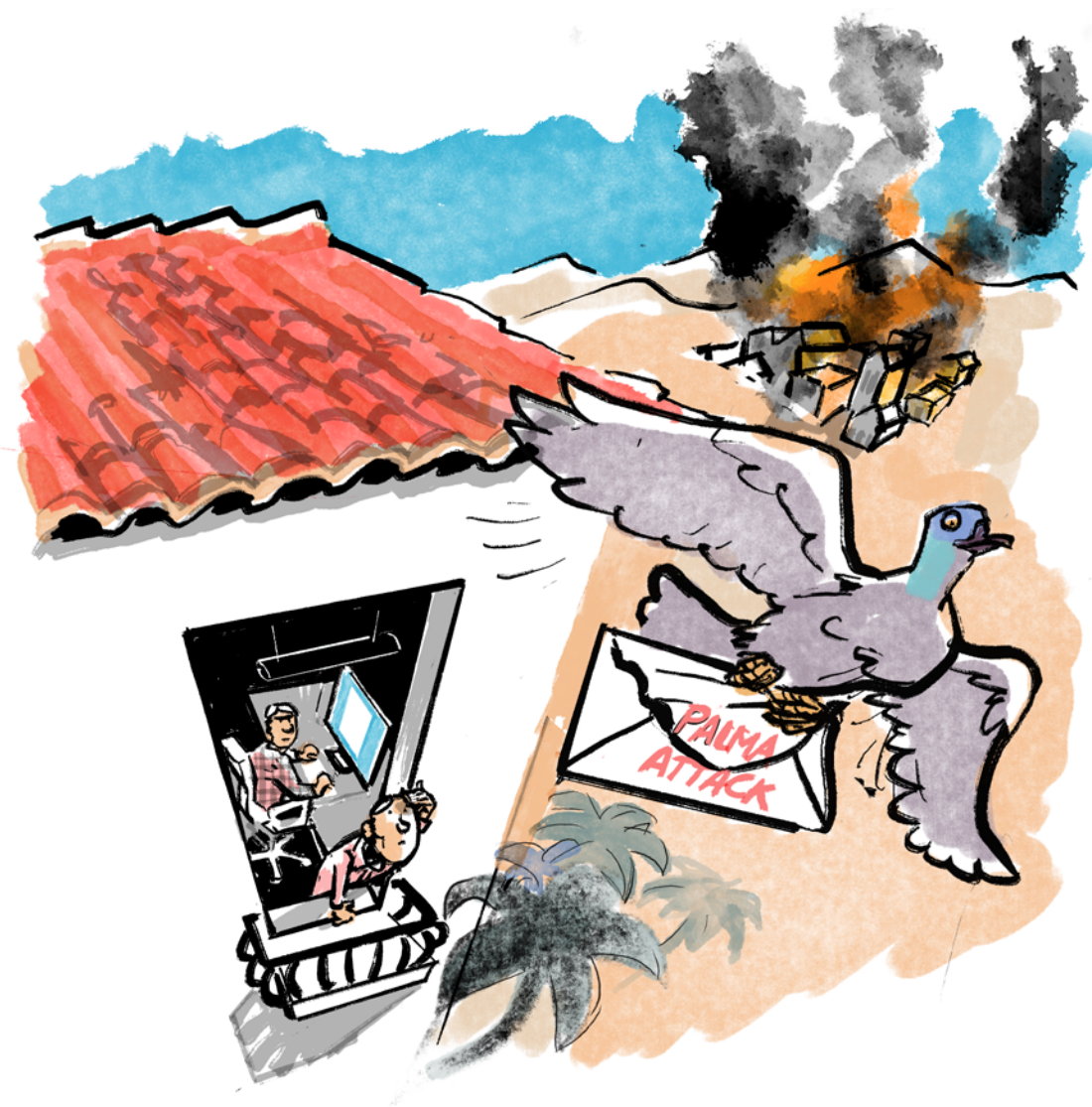
Jornalistas, a embaixada holandesa em Moçambique, a Both ENDS e a Milieudefensie sinalizaram possíveis ligações entre os projetos de gás e o conflito armado nos anos anteriores à concessão da ECI. Mas documentos do Fol mostram que a ADSB rejeitou a ideia de a agitação civil e a violência estarem ligadas a atividades de extração de gás. Ao pertinentemente ignorar essa possível ligação, a ADSB não analisou suficientemente a possível ligação entre o Projeto e a violência.

“É claro que é terrível para as pessoas que vivem próximo a Pemba que os terroristas estejam entrando no país. No entanto, passa mais a imagem de não estar diretamente relacionado ao projeto como Both ENDS gostaria que admitíssemos” (membro da equipe da ADSB ao colega em 30 de abril de 2020)

MinFin e MoFA fingiram que suas tomadas de decisão envolviam poucas preocupações

O MinFin e o MoFA alegaram perante o Parlamento e o público que a concessão do ECI envolvia poucas preocupações sobre a situação de segurança. Pelos documentos obtidos, no entanto,

fica evidente que houve um debate entre os dois ministérios sobre o nível de risco e ameaças à segurança desde março de 2020. O foco do debate foi o quanto a deterioração da situação de segurança do projeto realmente representava um risco. Em algum momento durante o processo de aprovação, tanto MoFA e quanto MinFin tiveram sérias preocupações; mas essas preocupações não foram comunicadas ao público nem aos membros do Parlamento.



“Why send an e-mail?”

Os ministérios parecem ter sabido dos ataques de Palma antes do comunicado ao público e tiveram a oportunidade de se retirar do Projeto

A concessão do ECI ocorreu nos dias 25 e 26 de março de 2021, logo após o ataque insurgente a Palma. Em suas respostas às perguntas Parlamentares de setembro de 2021, FTDC e MinFin afirma-

ram que as consequências do ataque não estavam claras até o fim de semana de 27 e 28 de março de 2021. E que os ministérios, portanto, não poderiam impedir a emissão oficial dos ECIs. Pelo contrário, durante um debate Parlamentar em 2023, o atual secretário de Estado do MinFin, Van Rij, afirmou que a ADSB recebeu suas primeiras informações sobre os ataques já em 25 de março de 2021. Isto é relevante porque a ADSB e o Estado holandês poderiam, teoricamente, ainda ter retirado ou atrasado a emissão da apólice entre o momento do ataque a Palma e a emissão formal do ECI.

É altamente improvável que ninguém dentro dos ministérios, da embaixada holandesa ou da ADSB tenha ouvido falar da gravidade do ataque antes de 27 ou 28 de março, ou mesmo antes de 25 de março, considerando que a Al Jazeera¹² e o The Africa Report¹³ já haviam publicado sobre os ataques de 24 de março. A Al Jazeera¹⁴, o Guardian¹⁵ e o Ministério da Defesa moçambicano publicaram mais detalhes do ataque em 25 de março, e o The Guardian¹⁶ voltou a publicar sobre o assunto em 26 de março. Dadas as informações de segurança a que a ADSB e os ministérios já tiveram acesso, e os debates ocorridos durante a fase de aprovação em maio/junho de 2020, é difícil entender que a notícia do ataque não foi suficiente para que os ministérios pausassem a concessão do ECI em 24 ou 25 de março.

A ADSB “escolheu a dedo” os fatores atenuantes e ignorou os avisos de fontes fiáveis, como a embaixada holandesa em Maputo e a direção do MoFA para a África Subsaariana

Em termos de riscos de segurança, a ADSB construiu sua proposta aos ministérios predominantemente com base nas informações fornecidas pela Total e por consultores que tinham interesse óbvio em obter o apoio do ECI holandês. Enquanto isso, ignorou bandeiras vermelhas levantadas pela Embaixada da Holanda, a direção da África Subsaariana (“DAF”) do MoFA, ONGs, meios de comunicação e informações coletadas durante suas próprias visitas ao local e que foram deixadas de fora. Os documentos do Fol também mostram que as ideias e a opinião da embaixada holandesa foram anuladas quando a decisão de aprovar os ECIs foi tomada em junho de 2020. Com base no relatório da Proximities e nos documentos Fol – a embaixada holandesa estava muito insatisfeita com o processo e com a forma como o seu contributo foi integrado ao processo de aprovação do ECI.

Finalmente, na sua análise, a ADSB utilizou um foco de segurança restrito (também confirmado pela Proximities) porque o seu departamento financeiro utiliza a questão de saber se “os riscos

12 Ver <https://www.aljazeera.com/news/2021/3/24/mozambique-armed-groups-attack-town-near-gas-projects>> consultado em 13 de maio de 2024.

13 Ver <https://www.theafricareport.com/75169/mozambique-fresh-attacks-on-palma-as-total-prepares-to-return-to-Ing-project/>> consultado em 13 de maio de 2024.

14 Ver <https://www.aljazeera.com/news/2021/3/25/fighting-in-town-near-mozambique-gas-hub-continues-for-second-day>> consultado em 13 de maio de 2024.

15 Ver <https://www.theguardian.com/world/2021/mar/25/fighting-rages-in-mozambique-close-to-totals-gas-project>> consultado em 13 de maio de 2024.

16 Ver <https://www.theguardian.com/world/2021/mar/26/mozambique-180-workers-trapped-in-hotel-amid-insurgent-attack>> consultado em 13 de maio de 2024.

de segurança comprometem o reembolso de empréstimos” como ponto de partida,¹⁷ em vez de avaliar os riscos aplicáveis de uma perspectiva de Responsabilidade Social da Empresa (“RSE”)

“O fato de o projeto não ter sido atacado até agora não é uma boa garantia para o futuro.” “De fato, a situação de segurança está se deteriorando a cada dia, um risco que permanece exposto na proposta de aceitação da ADSB. A conclusão de segurança é sumariamente rasa” [e] “falta uma descrição de tendência negativa”. [...] (Memorando da Embaixada da Holanda no MoFA de 19 de maio de 2020)

Uma reunião com a Total e a embaixada francesa influenciou as decisões dos ministérios a aprovarem as ECIs

As decisões do MinFin e da FTDC de aprovar os ECI foram tomadas logo após uma teleconferência entre ADSB, MinFin, MoFA, Total, o conselheiro de segurança da Total ADIT, o financiador Société Générale, a Embaixada da França e a Embaixada da Holanda em 28 de maio de 2020. Antes desta teleconferência, o MoFA e o MinFin tinham sérias dúvidas sobre a situação de segurança e o efeito que a impetuosa violência poderia ter sobre o Projeto e a população local. No dia da teleconferência de 28 de maio, o MinFin mudou de ideia, principalmente em função em promessas e pressão da Total, e garantias da embaixada francesa. Apesar da convocação com a mudança de posição da Total e da MinFin, a MoFA ainda tinha dúvidas. Mas sob pressão do MinFin, que tentou convencer o MoFA e até mesmo influenciar o conteúdo do conselho do MoFA ao ministro da FTDC, Kaag, o MoFA decidiu também aprovar o pedido do ECI.

“Não consigo destrinchar bem este estudo de caso. [...] É, para mim, um mistério o que faz a ADSB ser tão positiva” (funcionário da MoFA em 28 de maio de 2020)

17 Idem.



“Just trust us.”

O plano de monitoramento da ADSB era inadequado

O plano da ADSB para monitorar os riscos de segurança do Projeto parece ter sido inadequado para esse fim. Primeiramente, estando baseada na Holanda, a ADSB tem visibilidade limitada sobre o local do Projeto. Esta questão foi igualmente sublinhada pelo relatório da Proximities. Em segundo lugar, os consultores de diligência devida da ADSB receberam a maior parte de suas informações da Total, que não era uma fonte objetiva. Em terceiro lugar, o contexto em Cabo Delgado em termos de liberdade de imprensa e acesso das ONG dificulta o acesso à informação independente. Ainda não está claro como a ADSB ou seus consultores planejaram (ou estão planejando) fazer visitas de monitoramento em um ambiente de opressão.

Não está claro se (nem tampouco como) o Estado holandês poderia retirar seu apoio ao projeto

Até à data, ainda não está claro se o Estado holandês pode cortar laços com o Projeto e se afastar dos ECIs concedidos à Van Oord e ao SCB. Os ministérios alegam ter avaliado as possibilidades legais e concluíram que não há liberdade contratual suficiente para o Estado holandês retirar os ECIs. Os ministérios não compartilharam os termos contratuais com o público, impossibilitando a

avaliação dos termos e condições exatos dos ECIs. Devido à falta de comunicação clara do MinFin e do MoFA, também não está claro se (se, sim, como?) o Estado holandês poderia usar sua influência política no sentido da decisão de retomar, atrasar ou interromper o projeto.



“Je maintiendrai.”

Conclusão

A ADSB e os ministérios avaliaram os riscos de segurança e direitos humanos do Projeto de forma inadequada. Muitos dos riscos previstos concretizaram-se, levando a pelo menos 2.500 mortos e 800.000 refugiados na província de Cabo Delgado. A inadequação da avaliação é confirmada não só por esta pesquisa, mas também pelos relatórios da Proximidades e da Uprights.

Devido à atual situação de força maior, a ADSB, a MinFin e a FTDC têm agora a oportunidade de reavaliar a situação com base numa imagem ainda mais completa da realidade no território. O Estado holandês deve aproveitar esta oportunidade e avaliar todas as opções, incluindo saídas contratuais e uso de influência política para garantir que o bem-estar e a reparação das pessoas

afetadas de Cabo Delgado sejam priorizados em detrimento dos interesses corporativos. Apenas reavaliar o Projeto de acordo com os mesmos padrões de antes não resultará em uma decisão razoável se informações cruciais forem novamente ignoradas ou minimizadas. Para evitar foco no trivial, na forma de um exercício em papel existente de mais relatórios, mais planos de ação social e mais escolhas seletivas de informações destinadas a levar o Projeto a ser novamente aprovado; um processo de aprovação requer consulta significativa às comunidades afetadas e confiança em informações objetivas de fontes independentes.

Considerando as preocupações de segurança e direitos humanos em curso em Cabo Delgado e a alegada incapacidade da Total de responder adequadamente aos ataques, uma reavaliação da situação de segurança provavelmente mostrará que a segurança das pessoas dentro e ao redor do local do Projeto ainda não pode ser garantida. Se for este o caso, em nossa opinião, isso deveria levar à conclusão de que o risco de segurança não é aceitável.

O Ministério Público francês anunciou que abriu uma investigação preliminar sobre a forma como a Total lidou com o ataque a Palma. A Total é acusada de negligência e homicídio culposo. O Estado holandês e a ADSB devem dar um passo atrás e ponderar, em primeiro lugar, se podem continuar confiando nas informações de segurança fornecidas por uma empresa que está sendo investigada por alegada negligência. Desta vez, em vez de arrumar as cadeiras de sol enquanto o navio afunda, é essencial que a ADSB e o Estado holandês se concentrem primeiro na ameaça do iceberg à frente.

Seleção de Recomendações

As conclusões deste relatório destinam-se a mostrar aos ministérios responsáveis e à ADSB onde são necessárias melhorias na sua avaliação e processo de tomada de decisão e informar os deputados holandeses e a sociedade civil sobre como monitorar e abordar o próximo processo de reavaliação da ADSB e dos ministérios.

Aos parlamentares holandeses:

1. Exigir total transparência da ADSB e dos Ministérios envolvidos total transparência sobre a (re) avaliação, incluindo, mas não se limitando aos aspectos de segurança e proteção do Projeto.
2. Continuar fazendo perguntas críticas ao Ministro da FTDC e ao Secretário de Estado do Min-Fin, que são responsáveis pelo apoio do ECI holandesa ao Projeto. É fundamental que aqueles que acompanham os processos de reavaliação (i) percebam que o conflito armado continua até à data corrente e que as principais causas do conflito permanecem por abordar, (ii) considerem que o Ministério Público francês abriu uma investigação preliminar sobre as ações da Total durante o ataque a Palma, (iii) identifiquem as fontes que são utilizadas pela ADSB para obter informações e conselhos de segurança e verificar a sua independência, (iv) expressar

aos ministérios que as informações provenientes do território não devem ser negligenciadas, (v) perceber que reavaliar o Projeto de acordo com os padrões internacionais novamente, simplesmente atualizando as informações que já estavam disponíveis antes não levará a novos resultados nem a uma conclusão razoável.

3. Monitorar e garantir o cumprimento da moção apresentada por Thijssen, Van Lee, Van der Raan e Teunissen em 16 de outubro de 2023, solicitando ao governo que adie uma decisão sobre o fornecimento de ECIs para o projeto até que o resultado do processo de reavaliação seja discutido na Câmara dos Representantes holandesa.
4. Monitorar e garantir que a Total não esteja influenciando o processo de reavaliação do ECI. Exigir que a ADSB seja transparente sobre qualquer contato com a Total durante o processo.
5. Assegurar que uma cláusula que defina as possibilidades legais de rescindir um ECI seja incluída em quaisquer contratos futuros e monitorar a transparência perante o público sobre potenciais melhorias neste ponto.
6. Garantir que o processo de reavaliação não seja concluído antes que a investigação civil contra a Total pelo Ministério Público francês seja encerrada e as conclusões sejam tornadas públicas.

À ADSB e ao Estado holandês (MinFin, MoFA e FTDC):

1. Fornecer informações completas sobre o que se sabia sobre o ataque a Palma quando os ECIs para Van Oord e SBC foram emitidos em março de 2021, logo após o ataque. Explicar ao público por que os ECIs foram emitidos exatamente naqueles dias e porque nenhuma ação foi tomada para imediatamente interromper ou atrasar a emissão.
2. Explorar as possibilidades de uma saída responsável do Projeto e garantia de que a retirada do Projeto seja considerada como um possível resultado da reavaliação. Sublinhamos que o Ministério Público francês abriu uma investigação preliminar sobre a reação da Total ao ataque de Palma. Evitar ignorar ou minimizar os avisos vermelhos que são relevantes para uma decisão razoável e que não considerem novamente aprovar a todo custo. Existem normas internacionais disponíveis sobre o que constitui uma saída responsável.
3. Garantir que o processo de reavaliação não seja concluído antes que a investigação civil contra a Total pelo Ministério Público francês seja encerrada e as conclusões sejam tornadas públicas.
4. Investigar indícios de que a agitação social e o conflito armado estão ligados ao Projeto.
5. Garantir o cumprimento da moção apresentada por Thijssen, Van Lee, Van der Raan e Teunissen em 16 de outubro de 2023.
6. Alinhado com a recomendação da Uprights para a Total, assegurar que o processo de Diligência Devida em Direitos Humanos seja conduzido através de uma lente sensível a conflitos.
7. Assegurar que uma cláusula que defina as possibilidades legais de rescindir um ECI seja incluída em quaisquer contratos futuros e monitorar a transparência perante o público sobre potenciais melhorias neste ponto.

À Sociedade Civil:

1. Acompanhar de perto a reavaliação do Projeto pela ADSB e pelo Estado holandês e certificar-se de que as informações do território sejam compartilhadas com o público.
2. Monitorar e garantir que a Total não esteja influenciando o processo de reavaliação do ECI. Exigir que a ADSB seja transparente sobre qualquer contato com a Total durante o processo.
3. Insistir na divulgação de mais detalhes sobre as opções de retirada legal da ADSB e do Estado holandês.
4. Insistir em divulgação completa do que a ADSB e o Estado holandês sabiam sobre o ataque a Palma quando os ECIs para Van Oord e SBC foram emitidos em março de 2021, logo após o ataque. Isso pode ser feito por meio de diálogo direto com a ADSB e os ministérios envolvidos, ou por meio de solicitações adicionais de Fol.
5. Defender a melhoria geral do processo de Fol, a fim de garantir que os ministérios holandeses cumpram com suas obrigações de acordo com a Lei Fol Holandesa.
6. Coordenar com os homólogos do Reino Unido e da Itália (e possivelmente com outros países que também concederam apoio ECI ao Projeto) sobre os pedidos de Fol e potenciais processos judiciais iniciados nos seus países.
7. Continuar a documentar conexões entre o Projeto e violações de direitos humanos, se necessário, com a ajuda de acadêmicos e jornalistas. É fundamental documentar possíveis conexões causais entre o projeto e o conflito e/ou graves violações de direitos humanos para reparar o fracasso sistêmico das políticas holandesas de proteção das pessoas e do meio ambiente.